

O Programa Paiterey: educação popular para a produção e o consumo de alimentos na Terra Indígena Sete de Setembro, Brasil.

The Paiterey Program: popular education for the production and consumption of foods in the Indigenous Land Sete de Setembro, Brazil

Xênia de Castro Barbosa¹; Pedro Rammom dos Santos Silva²; José Henrique dos Santos Nogueira³

1 Doutora, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, Porto Velho, Rondônia, Brasil, - xenia.castro@ifro.edu.br /0000-0002-8082-6974

2 Técnico em Informática, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, Porto Velho, Rondônia, Brasil, - pedrowinchester.pr@gmail.com /0000-0001-5766-6864

3 Técnico em Eletrotécnica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, Porto Velho, Rondônia, Brasil, - hsantosnogueira@gmail.com / 0000-0001-5198-460X

Recebido em Janeiro/2019. Publicado em Agosto/2020

Palavras-chave:

Educação popular.
Alimentação. Território.
Soberania alimentar.
Indígenas.

RESUMO: Este trabalho resulta do projeto de extensão “Ambiente e Saúde: um olhar para o perfil epidemiológico e a vulnerabilidade social do Território Rural de Identidade Rio Machado”, desenvolvido no Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Rural de Identidade Rio Machado (NEDET Rio Machado), em Rondônia/BR. Dentre os objetivos perscrutados buscou-se (1) analisar o Plano de Gestão Etnoambiental da Terra Indígena Sete de Setembro, denominado Programa Paiterey, (2) discutir as diretrizes do referido Plano no que concerne à reconexão entre produção e consumo de alimentos saudáveis e sustentáveis, (3) avaliar sua aderência ou não aos Objetivos do Milênio O estudo pautou-se no método documental e em procedimentos da pesquisa etnográfica, dentre as quais a observação participante e registros fotográficos e em caderno de campo. Os resultados apontam o Programa Paiterey como ação cultural para a liberdade, ensejada na esteira da educação popular. Com o Programa foi possível observar avanços do povo Paiter suruí na construção de uma cultura voltada para a soberania alimentar e a melhoria das condições de saúde do grupo a partir do controle do território e da consolidação de um sistema agroalimentar mais sustentável.

Keywords:

Popular education.
Food. Territory. Food
sovereignty.
Indigenous

ABSTRACT: This work results from the extension project "Environment and Health: a look at the epidemiological profile and the social vulnerability of rural territory of Identity Machado River", developed in the framework of the Nucleus for Extension in Territorial Development of Rural Territory of Identity Machado River (NEDET Machado River), in Rondônia/BR. Among the objectives sought: (1) to analyze the Ethno-Environmental Management Plan of the Sete de Setembro Indigenous Land, called the Paiterey Program, (2) to discuss the guidelines of said Plan regarding the reconnection between production and consumption of healthy and sustainable food, (3) to assess its adherence or not to the Millennium Development

Goals, (4) to strengthen the participation of the Suruí in the Rio Machado Territorial Collegiate, with a view to sharing knowledge and methodologies of socio-environmental organization. The study was based on the documentary method and procedures of ethnographic research, among which participant observation and field notebook. The results point to the Paiterey Program as a cultural action for freedom, an endeavor in the wake of popular education. With the Program, it was possible to observe the progress of the Paiter suruí people in the construction of a culture focused on food sovereignty and the improvement of the health conditions of the group from the control of the territory and the consolidation of a more sustainable agrifood system.

INTRODUÇÃO

Os suruí habitam atualmente a Terra Indígena (TI) Sete de Setembro, uma área de 248.146ha, localizada em áreas dos Estados de Rondônia e Mato Grosso, na Amazônia Legal. Estão distribuídos por 25 aldeias, cada qual liderada por um cacique. Possuem um parlamento e um cacique que exerce liderança política sobre todos os demais. Comunicam-se, em sua maioria, em Língua Portuguesa e na língua nativa conhecida como suruí de Rondônia, língua esta do grupo Tupi e da família linguística Mondé.

O contato dessa etnia com a sociedade nacional brasileira passou a ocorrer a partir dos anos 1960, no contexto da expansão da fronteira agrícola do país e da nova geopolítica para a Amazônia, estabelecida pelos governos militares que tomaram o poder em 1964.

Nesse contexto da história política do Brasil foram direcionados vários projetos desenvolvimentistas para a Amazônia brasileira, dentre os quais o Polamazônia, em 1974, o Polonoroeste, em 1981, e no ínterim entre os dois a abertura da rodovia BR-364. Tais projetos impulsionaram o deslocamento populacional de grande contingente de camponeses do centro-sul do país para a porção da floresta amazônica que corresponde, atualmente, ao Estado de Rondônia, dando início, desse modo, a relações interétnicas marcadas por conflitos.

A demanda por solos agricultáveis se multiplicou, ao passo que a estrutura do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária permaneceu a mesma, revelando-se incapaz de efetivar a totalidade dos assentamentos requeridos. Ademais, a baixa presença do Estado na região favoreceu a invasão dos territórios tradicionalmente habitados pelos indígenas. A partir da dominação desses territórios esses camponeses provenientes do centro-sul do país empreenderam atividades econômicas de médio e alto impacto socioambiental, dentre as quais a agricultura, a pecuária e o comércio de madeiras. A maioria dessas atividades foi realizada sem orientação técnica, configurando-se alheias aos parâmetros de sustentabilidade.

Desterritorializados e sem condições de resistência, os suruí recuaram cada vez mais na floresta, e só foram contatados pela FUNAI no dia sete de setembro de 1969, sob comando

do sertanista Francisco Meireles (MINDLIN, 1985). A assistência da FUNAI, ainda que precária, foi fundamental para evitar a dizimação desse povo indígena, pois no contato com os migrantes, centenas de indígenas sucumbiram em função de endemias como sarampo, gripe e pneumonia, ou em face do poder destrutivo das armas de fogo portadas pelos forasteiros. Nesse processo de colonização recente do Estado de Rondônia a população suruí sofreu drástica redução, passando de aproximadamente cinco mil pessoas para pouco mais de 250, conforme dados do cacique Gasodá Suruí (informação oral). Sem dúvidas, esse processo de expansão da fronteira agrícola do Brasil resultou em sofrimento, abandono e mortes também para os migrantes - e de forma alguma se pretende minimizar a violência da qual foram vítimas, todavia, neste trabalho buscar-se-á enfatizar a perspectiva indígena. E em relação a esse período os suruí mais velhos guardam lembranças as mais dolorosas. Dizem que, embora os migrantes tivessem trazido coisas boas, “na ponta dos facões e das facas trouxeram a desgraça e a morte” (ECAM, 2013).

Um dos pontos mais críticos desse processo, pelo prisma da etnia aqui considerada foi a perda de seu território, uma vez que este representa para os povos e comunidades tradicionais o suporte material para a reprodução da vida e da cultura (VILLARES, 2013), o que transcende seu valor econômico. Para esses indígenas a terra possui valor simbólico especial porque é dela que retiram os alimentos que nutrem o grupo; os frutos trazidos pelas estações são celebrados e compartilhados. Os trabalhos com a terra e com a floresta organizam a vida do grupo em seus variados ritos e gestos cotidianos. A terra já não é simplesmente solo, espaço, mas território dimensionado: físico-territorial, socioeconômico, político-organizativo e simbólico-cultural (ALBAGLI, 2004).

Ao serem alijados desse território e se tornarem peões em fazendas de gado e café muitos indígenas morreram, pois já não tinham os elementos que sustentavam a sensível teia da sua existência. E mesmo quando os conflitos interétnicos se minimizaram, a partir de 1983, quando houve a homologação da TI Sete de Setembro, os suruí encontraram dificuldade em retomar o crescimento demográfico, em razão de doenças e carências nutricionais ocasionadas, sobretudo, pelos novos hábitos de consumo adquiridos a partir da experiência do contato com a sociedade não indígena. Dentre os vários estudos nacionais e internacionais que apontaram para este problema podem-se citar os de Carlos, Coimbra Jr e Santos (1991), que informam:

Comparados com a população-referência do NCHS, os resultados indicam elevadas prevalências de baixa altura para idade (46,3%), peso para idade (31,9%) e peso para altura (6,6%). São também altas as prevalências de anemia (71,2%) e parasitismo intestinal (>75%). Os autores argumentam que a precariedade do estado nutricional das crianças Suruí reflete carências alimentares, devido à redução da capacidade de

produção de alimentos e inadequadas condições sanitárias presentes nas diversas aldeias (1991, p. 538).

Em 2005, novo estudo conduzido por Orellana, Coimbra Júnior, Port Lourenço e Santos constatou a persistência de carências alimentares em crianças da etnia suruí

Os resultados apontam para um quadro de alta prevalência de desnutrição e anemia nas crianças Suruí. A comparação com resultados de inquérito anterior indica que houve redução expressiva na prevalência de baixa estatura para idade entre 1987 e 2005 (de 46,3 para 26,7% nas crianças menores de 9 anos). Por sua vez, 3,9% das crianças apresentaram sobrepeso em 2005, o que não foi observado em 1987. As prevalências de anemia não se modificaram substancialmente entre os dois períodos. Apesar das melhoras observadas no perfil antropométrico, as prevalências de déficits nutricionais ainda permanecem muito mais elevadas que as observadas na população brasileira em geral. Impõe-se a necessidade da implantação de atividades sistemáticas e regulares de monitoramento do crescimento e desenvolvimento das crianças indígenas, com ênfase na vigilância nutricional (ORELLANA, COIMBRA JR, 2006, p. 383).

Mesmo com a demarcação da TI, os desafios permanecem intensos, seja em função das transformações culturais ocorridas com o processo interétnico (e que continuam em curso) - transformações que legaram marcas indeléveis, seja pela efetiva falta de segurança social e jurídica vivenciada pelos indígenas, cujas terras são frequentemente invadidas, ou abertas para uso de terceiros, por cederem aos assédios econômicos que vêm do entorno. Dentro da TI Sete de Setembro é possível observar cafezais e pastos cercados de arame, herança dos colonos que ocuparam seu território nos anos 1960 e 1970.

Muitos suruí aprenderam a cafeicultura e a pecuária, e diante das expectativas de vantagens econômicas resultantes dessas atividades, abandonaram a agricultura tradicional e o extrativismo de frutos, raízes, plantas e mel da floresta, passando a adquirir produtos alimentícios industrializados, como enlatados, embutidos e refrigerantes. O novo padrão de consumo alimentar tem repercussões sobre a saúde e a longevidade do grupo que precisam ser estudadas de modo aprofundado. Da mesma forma, expressam uma nova cultura, que se mescla a anterior de modo a desestabilizar a tradicional estrutura organizativa da vida daquela etnia.

O consumo de alimentos industrializados e o distanciamento da produção própria de alimentos passou a ser visto pelos indígenas suruí, a partir do final da década de 1990, como um dos principais desafios para seu etnodesenvolvimento, isso porque interfere na saúde e qualidade de vida da população, bem como em sua organização social, que é baseada no sistema de metades: Íwai – os da roça, e Metare – os do mato (floresta).

Nesse artigo buscamos analisar como Programa Paiterey, enquanto programa de educação popular dirigido pelos próprios indígenas, em diálogo com a ONG ECAM – Equipe de Conservação da Amazônia vem oportunizando uma leitura crítica do mundo, na perspectiva do reconhecimento dos processos sociais capitalistas nos quais estão inseridos e da retomada de saberes e práticas ancestrais de produção e consumo de alimentos.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi desenvolvida em abordagem qualitativa, classificando-se quanto à natureza, como Pesquisa Básica, quanto aos objetivos, como Pesquisa Exploratória e em relação aos procedimentos utilizados, configura-se como Pesquisa Documental, com abordagem de Campo (GODOY, 1995; SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2009). Desse modo, serviu-se também de procedimentos específicos da pesquisa etnográfica (SPRADLEY, 1979; WIELEWICKI, 2001).

A noção de documento que embasou o estudo foi a defendida pela Escola dos Annales, que o concebe em perspectiva ampliada: como todo e qualquer vestígio de atividade humana, podendo ser escrito, imagético, sonoro e ocupar suportes variados. Entende-se que o documento é produto de uma escolha efetuada seja pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo, seja pelos próprios historiadores (LE GOFF, 1996)

O corpus documental do estudo foi composto pelo Plano de gestão etnoambiental da Terra Indígena Sete de Setembro (ECAM, 2008), que apresenta o Programa Paiterey, objeto de estudo desta pesquisa, os Objetivos do Milênio (ONU, 2000), em que constam os Objetivos do Milênio (ODM), bem como os cadernos de campo com as observações etnográficas e as fotografias registradas pelos pesquisadores que assinam este trabalho. Dada a limitação de páginas discutiremos apenas a documentação oficial. Destarte, o estudo em tela apresentará um pequeno recorte das investigações realizadas.

A coleta de dados foi procedida tanto em campo quanto em arquivo. O trabalho de campo foi realizado ao longo dos anos de 2017 e 2018, nas aldeias suruí que integram o Território Rural de Identidade Rio Machado, em Rondônia. O projeto que deu suporte à investigação foi o projeto “Ambiente e Saúde: um olhar para o perfil epidemiológico e a vulnerabilidade social do Território Rural de Identidade Rio Machado”, desenvolvido no NEDET Rio Machado, financiado pela Pró-Reitoria de Extensão do IFRO.

As análises dos dados coletados foram efetuadas com base no método da Análise do Discurso e para esta atividade foram relevantes as noções de *ser de discurso* e *formação*

discursiva, de Foucault (1997; 2000), respectivamente. A primeira é reveladora do quanto a palavra é constituinte das culturas, do quanto somos seres de discurso e o performatizamos conforme as contingências, e a segunda possibilita identificar as ancoragens e filiações ideológicas dos emissores, inclusive as nossas próprias. Nessa esteira, o tipo de pesquisa etnográfica que desenvolvemos qualifica-se como de perfil pós-moderno (WIELEWICKI, 2001), uma vez que reconhece “o indivíduo fragmentado e a impossibilidade de totalização do conhecimento” (WIELEWICKI, 2001, p. 32), afirma o caráter discursivo e provisório de seus registros e reconhece que seu produto é uma versão do outro, e em parte, uma versão do próprio pesquisador, sem prejuízos do comprometimento ético com as comunidades observadas e da busca por validação científica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde os primeiros contatos com a sociedade não indígena, na década de 1960, os suruí vêm enfrentando inúmeros desafios relacionados à sua sobrevivência física e cultural, dentre os quais, à invasão de seus territórios por neocamponeses e madeireiros, e as relações interculturais complexas com os não indígenas.

A invasão de seus territórios tradicionais ocasionou impactos diretos sobre o meio ambiente e sobre sua cultura, afetando desde sua forma mais básica de organização, “o sistema de metades”, até sua relação com os alimentos.

A sociedade paiter suruí é dividida em duas metades, a da roça (*íwai*) e a do mato (*metare*). Os integrantes de cada metade possuem obrigações internas próprias, além de colaborar com a outra metade, conforme as demandas por ela apresentada. Os *íwai* são os responsáveis pela agricultura, pelas colheitas e pela preparação de alimentos e bebidas. Representantes dos ideais de organização são os que ficam na aldeia, caracterizando-se por um perfil mais sedentário em relação à sua outra metade, os *metare*. Os *metare* atuam como caçadores e coletores, celebrando a vida nômade na floresta. A eles se ligam ideias de movimento, aventura e adaptabilidade.

Os dois grupos se encontram uma vez ao ano, em uma festa chamada *mapimaí*, e então os que estavam como *íwai* vão para a floresta atuar como *metare*, e quem estava como *metare* assume o lugar dos *íwai* até o próximo *mapimaí*. Esta rotação cultural é estruturante da vida dos paiter suruí, no entanto, a partir do contato com a sociedade não indígena essa forma de organização foi abalada. Primeiramente, a floresta foi destruída pela ação de madeireiros, de modo a tornar impraticável a permanência do grupo *metare* em seu ambiente de destino.

Com a floresta comprometida já não era mais possível extrair os alimentos suficientes para a sobrevivência e nem os recursos naturais para os presentes (os artesanatos com os quais deveriam presentear os que ficaram na aldeia). Por outro lado, os *íwai*, ao observarem os colonos em seu território ou em áreas próximas, aprenderam que é possível produzir apenas determinados alimentos, de valor comercial significativo, comercializá-los e com o dinheiro comprar todas as outras coisas que desejam (ou quase todas). A reciprocidade, o cuidado em receber os *metare* e festejar o *mapimaí* cedeu espaço para as preocupações de ordem individualista e capitalista. A dádiva e o cuidado do outro foram, ao menos em parte, suplantados pelo poder do capital, exigindo dessa etnia novas dinâmicas de conservação e adaptação (SILVA; FERREIRA NETO, 2014). Ademais, a redução da diversidade de alimentos (em favor das espécies vantajosas do ponto de vista econômico), resultou em fome, carestia e insegurança alimentar, expressas em problemas de saúde como os relatados por Coimbra Jr. e Santos (1991), e por Orellana, Coimbra Jr., Port Lourenço e Santos (2006), dentre outros.

Outro desafio do contato com a sociedade não indígena refere-se ao diálogo intercultural e ao convívio interétnico. Entende-se que é preciso conviver e dialogar, mas sem abrir mão dos traços fundantes da cultura tradicional: o conhecimento da língua, o sistema de crenças, a solidariedade orgânica, os ritos que organizam a vida comunitária.

Nesse meio século de contato os suruí se monetarizaram, aprenderam as técnicas de agricultura e pecuária não indígenas, muitos se tornaram pecuaristas e cafeicultores e abandonaram a agricultura tradicional, o que acarretou em insegurança alimentar e nutricional. A ECAM – Equipe de Conservação da Amazônia diagnosticou que:

A diminuição da diversidade alimentar, induzida pela erosão genética, é observada em praticamente todas as terras indígenas. A base alimentar, em algumas épocas, se restringe quase que exclusivamente ao arroz branco e, mesmo em pequena quantidade, ou com fartura, à mandioca que jamais é esquecida (ECAM, 2008, p. 5)

Com base no exposto, depreende-se que a superação da fome e da insegurança alimentar é um dos mais graves desafios dos povos indígenas do Brasil. No caso dos suruí de Rondônia esse desafio foi interpretado sob o signo da *reeducação alimentar*. Em entrevista realizada com o líder político do povo suruí, cacique Henrique Iabaday Suruí em 30 de junho de 2018 ele relatou que o principal desafio de seu povo hoje consiste na aprendizagem da alimentação saudável, o que implica, dentre outras coisas, em retomar o controle da produção

de alimentos como cará, cará-roxo, amendoim, macaxeira, legumes e verduras, e reduzir o consumo de sal, açúcar e alimentos industrializados. Segundo o cacique,

[...] A construção de sistemas agroalimentares sustentáveis é a meta número 1 do povo suruí, e esses sistemas já vêm sendo implantados em muitas aldeias, mas ainda há aquelas em que, em função da qualidade do solo e da falta de assistência técnica adequadas, não produzem o suficiente para alimentar sua população (Henrique Abaday . Entrevista concedida à Xênia de Castro Barbosa, 2018).

De fato, as observações que fizemos em campo atestam a retomada da produção de vegetais em sistema agroflorestal: foram observadas plantações de café intercaladas com feijões, abóboras, macaxeira, melancias, além de plantações de milho, de urucum, mamão, coco, banana, dentre outros gêneros. Esses alimentos constituem a maior parte da alimentação dos suruí, aumentando sua soberania e reduzindo seus níveis de insegurança alimentar. Por outro lado, persistem desafios de ordem cultural vinculados ao apreço pelo sabor de determinados alimentos industrializados, como refrigerantes e embutidos. Notamos, em algumas aldeias, consumo exagerado de refrigerantes. O cacique Gasodá Suruí informou que uma das principais lutas que tem na sua aldeia é evitar o consumo de refrigerantes e doces:

Aqui nós temos uma luta forte para impedir o consumo de refrigerantes, doces e outras coisas que fazem mal à saúde. Não proibimos ninguém de consumir essas coisas, mas buscamos educar, conscientizar para os prejuízos que elas causam à saúde. Na minha casa, felizmente, esses produtos não entram mais. Meus filhos já pedem menos, já estão entendendo que são coisas que não fazem falta. Não fazem falta porque temos muitos alimentos bons aqui mesmo, no nosso quintal (Gasodá Suruí. Entrevista concedida à Xênia de Castro Barbosa, 2018).

Para o cacique Henrique Abaday Suruí, seu povo precisa ainda aprender a usar o sal e o açúcar. Ele avalia que as sociedades não indígenas são mais conscientes em relação a esses produtos do que os indígenas, e devido ao mau uso, nota-se que os indígenas vêm apresentando rápida transição epidemiológica. Doenças tropicais e infectocontagiosas têm agora incidência menor, todavia crescem as doenças cardiovasculares e degenerativas, típicas da vida urbana e sedentária.

Diante do quadro, os próprios indígenas, juntamente com educadores sociais locais, relacionados ou não à ECAM vêm estudando sobre produção e consumo de alimentos saudáveis e redescobrimo possibilidades de vida, de alimentação, de convivência e empoderamento. Nota-se a existência de um movimento de educação popular autônomo,

comprometido com a transformação da ordem social vivenciada pelos indígenas nos aspectos que ferem sua dignidade e autonomia. O Programa Paiterey é um documento expressivo e norteador desse movimento que, a nosso ver, toca numa questão central do desenvolvimento humano: a segurança alimentar e nutricional.

Com base nos discursos coletados, é possível perceber uma polarização de formações discursivas: de um lado os que consomem em demasia alimentos industrializados de qualidade duvidosa, e do outro os adeptos da alimentação saudável. No primeiro pólo notamos ideias vinculadas aos ideais de desenvolvimento e progresso. Consumir certos alimentos comprados nos mercados das cidades próximas é representado como elemento de inclusão social e signo de prosperidade econômica. Não há, nesse caso, preocupações com as implicações desses produtos na saúde nem com sua qualidade nutricional. Consume-se pelo apreço ao sabor e pelas crenças em torno das ideias de inclusão social, prosperidade e desenvolvimento. O consumo é uma forma de distinção social e de aceitação social (CORTINA, 2002).

No pólo oposto estão os adeptos de uma formação discursiva centrada na noção de alimentação saudável segundo parâmetros de saúde e bem-estar da sociedade ocidental contemporânea. Embora haja evidências epidemiológicas de conexão entre alimentação saudável e melhoria de indicadores de saúde, não se pode olvidar que tais discursos, muitas vezes, embasam práticas de controle social por meio do biopoder. No caso em tela, o discurso da alimentação saudável pauta-se não só em preocupações genuínas com a saúde do coletivo, como também em um projeto de poder que entende a alimentação saudável como elemento de manutenção de uma cultura e uma identidade. Destarte, os alimentos considerados saudáveis são, sobretudo, aqueles produzidos pelos próprios indígenas, nas aldeias.

Polarizações, contradições e arranjos marcam a vida dos paiter suruí, no entanto há consenso sobre a necessidade de efetuar a gestão etnoambiental de seu território, e é nessa perspectiva que foi elaborado o Plano de Gestão etnoambiental da TI Sete de Setembro (ECAM, 2008), conhecido como “Programa Paiterey”.

O Programa Paiterey foi uma estratégia dos indígenas para o enfrentamento dos desafios relacionados ao etnodesenvolvimento, à saúde, à identidade e à cultura, e desde sua implantação, resultados positivos vêm sendo alcançados, como atesta o próprio crescimento demográfico do grupo, que hoje conta com duas mil pessoas, conforme censo efetuado pela própria etnia.

O Programa em tela foi interpretado nesta pesquisa como instrumento de educação popular da própria etnia, gestado e direcionado por e para ela, com vistas a promover mudança social. Subjaz a ele um modelo político mais justo, democrático e equitativo e seu texto expressa uma tensão dialética entre o desejo de desenvolvimento e prosperidade material, e de sustentabilidade e reprodução de uma cultura entendida como mais favorável à vida e aos anseios dos indígenas. No limite, tal proposta educacional revela-se antagônica aos interesses capitalistas hegemônicos e tenta consolidar valores alternativos a esses interesses. É marcante, portanto seu caráter ideológico, como todo projeto educacional:

Estando a Educação submetida às condições sociais em que é produzida, no interior do conflito entre as classes, fica demonstrado que toda Educação tem como pano de fundo de sua concepção um aspecto ideológico pensado e fortemente estruturado, sendo a história da Educação a história do conflito entre diferentes ideologias, refletido nos processos instituídos de ensino e aprendizagem, quer sejam eles ligados a uma proposta escolar institucional, quer sejam forjados paralelamente de acordo com necessidades específicas da conjuntura social em que surgem. A relação entre Educação e sociedade é permeada, portanto, por um sentido dialético de interconexão ideológica entre os valores sociais pretendidos pelas classes sociais em conflito e as práticas educativas necessárias para a sedimentação desses valores (FIGUEIREDO, 2009, p.61)

O Programa Paiterey foi elaborado como uma das soluções necessárias para melhorar a vida dos indígenas em diversos aspectos. Começou a ser elaborado em 1999, de modo que a versão atual expressa já um amadurecimento de experiências e reflexões. Trata-se de um documento com linhas de ações a serem executadas em curto, médio e longo prazo- algumas com previsão para daqui a 50 anos, por isso é também conhecido como “Plano de Vida”, projeto da vida inteira de uma geração para deixar bons frutos para as gerações futuras. O Programa se preocupa com o futuro, mas também se empenha em produzir benefícios no presente.

Um dos pontos de destaque desse Programa diz respeito à Reestruturação dos Bancos de Sementes, cujo objetivo é fortalecer os sistemas tradicionais de produção de alimentos e assegurar a subsistência do povo suruí em bases saudáveis. Com a implantação dos Bancos de Sementes tem sido possível reduzir a dependência de produtos externos e ampliar o consumo de alimentos saudáveis, produzidos pelos próprios indígenas.

O Plano também estimula os quintais agroflorestais, localizados no entorno do núcleo central de habitação das aldeias. Esses quintais são compostos por espécies medicinais, ornamentais, hortaliças, tubérculos e árvores frutíferas nativas e introduzidas. São um contínuo do espaço doméstico e neles o trabalho feminino parece predominar.

No que tange à preocupação do cacique Henrique Iabaday Suruí, o Plano orienta para estudos mais aprofundados sobre as alterações nos hábitos alimentares dos indígenas, mas não apresenta propostas específicas para essa ação. Entende-se, contudo, que a existência desse Plano e de seus congêneres é um mecanismo relevante para o etnodesenvolvimento, na medida em que corresponde a um estímulo para o exercício da capacidade social dos povos indígenas concatenada à produção de seu futuro, levando em consideração suas experiências históricas, os recursos disponíveis e o potencial de sua cultura (BATALLA, 1982).

O Programa Paiterey revela-se ainda, adequado aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas na Declaração do Milênio (ONU, 2000). No âmbito da esfera local, o Programa objetiva colaborar para o ODM 1: acabar com a fome e a miséria. Embora sua esfera de ação seja no nível local, o exemplo dos suruí com a criação de bancos de sementes, a valorização da alimentação tradicional e a educação alimentar são exemplos que podem ser adotados em outras escalas, na medida em que evidenciam boas práticas. Ao passo em que se combate à fome e miséria mediante sistema soberano de produção de alimentos estima-se obter redução da mortalidade infantil (ODM 4) e melhoria da saúde das gestantes (ODM 5), desse modo, o Programa Paiterey contribui, dentro de seu campo de possibilidades, para a consolidação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Os suruí, por meio de seu Programa são ainda importantes defensores/demandantes de políticas públicas que garantam a qualidade de vida e o respeito ao meio ambiente (ODM 7) e podem ainda ser parceiros de iniciativas regionais e nacionais voltadas para o desenvolvimento sustentável, a partir do compartilhamento de saberes e técnicas historicamente acumulados.

O Programa Paiterey é ele próprio ação cultural para a liberdade, no sentido pleno desenvolvido por Paulo Freire (1981), porque motiva o cuidado de si e o cuidado do outro mediante práticas sociais embasadas em uma postura crítica e transformadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ditadura Militar implantada no Brasil em 1964 iniciou uma nova fase de expansão das fronteiras geográficas e econômicas do país. Sob a égide do desenvolvimentismo, e do *slogan* “integrar para não entregar” grandes projetos foram ensaiados na Amazônia brasileira, como o POLAMAZÔNIA, o POLONOROESTE, a construção da BR-364 e da Rodovia Transamazônica. Os três primeiros, em específico, oportunizaram o deslocamento de milhares

de pessoas do centro-sul do país, para onde se localiza atualmente o Estado de Rondônia, área pioneiramente habitada pelos suruí e outros povos indígenas.

A pressão por terras efetuadas pelos migrantes do centro-sul, e os limite do Estado em provê-la resultou na invasão do território dos paiter suruí e em inúmeros conflitos que se desdobraram nas vertentes agrária, ética, cultural e econômica. A violência legou saldo negativo para ambos os grupos étnicos (suruí e sociedade nacional não indígena), e resultou, para os primeiros, em urbanização dos modos de vida, desestruturação social, fome e insegurança alimentar – frequentemente sinalizadas de modo alarmante, em função de quadros graves de desnutrição, mortalidade infantil, doenças correlatas e óbitos.

A partir da década de 1990 vem crescendo entre os suruí o entendimento de que é preciso retomar a segurança alimentar e nutricional do grupo, como condição *sine qua non* para seu etnodesenvolvimento. Um dos documentos mais expressivos dessa compreensão é o Programa Paiterey (Plano de Gestão etnoambiental da Terra Indígena Sete de Setembro), instrumento de educação popular forjado pelos próprios indígenas, com a assessoria da ONG ECAM, e que tem a segurança alimentar como uma de suas ações mais urgentes. Na TI Sete de Setembro essa linha de ação do Programa vem sendo implementada por meio de bancos de sementes e quintais agroecológicos, em paralelo a ações de educação popular empreendidas pelos próprios indígenas e por educadores sociais colaboradores do projeto, mediante conversas informais, palestras, reuniões e mediante a Festa da Caça.

Os resultados percebidos em campo são positivos: melhoria dos níveis de segurança alimentar, progressiva soberania, melhoria nas condições de saúde e no crescimento demográfico. Os bancos de sementes dos suruí são exemplos de boas práticas, valorizados em todo o Estado de Rondônia, e podem servir de estímulo para experiências semelhantes em outros espaços. Também os quintais agroecológicos contribuem com a nutrição saudável e a reconstrução dos sistemas agroalimentares tradicionais, podendo ser replicados até mesmo em espaços urbanos, com as adaptações necessárias.

Ao propor ações de segurança alimentar nas aldeias, o Programa Paiterey contribui ainda com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, e embora seu campo de atuação seja limitado, suas boas práticas podem ser reproduzidas em escalas maiores. Por meio deste Programa tem havido progressiva reconexão entre produção e consumo de alimentos saudáveis na TI Sete de Setembro.

Para os estudos posteriores, recomenda-se ampliar a reflexão acerca dos hábitos alimentares dos suruí, no intuito de compreender porque, apesar de produzirem alimentos

saudáveis e saborosos, ainda persistem no consumo exacerbado de alimentos industrializados de baixa qualidade nutricional.

AGRADECIMENTOS: À Pró-reitoria de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, que subsidiou o desenvolvimento do projeto que deu base para este texto.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. In: LAGES, Vinícius, BRAGA, Christiano, MORELLI, Gustavo (Org.) **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Brasília: SEBRAE, 2004. p.23-69.

BATALLA, G. B. El Etnodesarrollo: sus premisas jurídicas, políticas y de Organización. In: BATALLA, G. B. *et al et al.* **América Latina: Etnodesarrollo, Etnocidio**. Costa Rica: Ediciones FLACSO, 1982.

CORTINA, A. **Por una ética del consumo**. Madrid: Santillana Ed., 2002.

ECAM. Equipe de Conservação da Amazônia. **Plano de gestão etnoambiental da Terra Indígena Sete de Setembro**. Porto Velho: Act Brasil, 2008.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FIGUEIREDO, D. A. História da Educação Popular: uma leitura crítica. In: ASSUMPÇÃO, R. (org). **Educação Popular na Perspectiva Freiriana**. São Paulo: Ed,L, 2009.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun. 1995

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996.

MINDLIN, B. **Nós Paiter, os suruí de Rondônia**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.

B. Paiter-. **Povos Indígenas do Brasil**. São Paulo: *Instituto Socioambiental*, 2003. Disponível em: <pib.socioambiental.org/pt/povo/paiter-Surui>. Acesso em: 12 mai.2018.

ONU. **Declaração do Milênio**. Cimeira do Milênio: Nova York, 2000.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais* Ano I - Número I –jul. 2009.

SILVA, T. C.; FERREIRA NETO, J. A. A monetarização da vida social dos Paiter. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 9, n. 1, p. 163-181, jan-abr. 2014

SPRADLEY, J. **The ethnographic interview**. Forth Worth: HancourtBraceJovanovich. College, 1979.

VILLARES, L.F. **Direito e Povos Indígenas**. Curitiba: Juruá, 2013.

WIELEWICKI, V. H. G. A pesquisa etnográfica como construção discursiva. *Acta Scientiarum*, Maringá, 23(1):27-32, 2001.

SOBRE OS AUTORES

Este item só deve ser incluído na versão final, após a avaliação por pares.

Apresentar um resumo da biografia de cada autor e especificar a participação de cada um na elaboração do estudo apresentado. (Times New Roman, Tamanho 12, espaçamento entre linhas simples, parágrafo justificado).

XÊNIA DE CASTRO BARBOSA

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Porto Velho Calama, e do Programa de Mestrado em Rede Nacional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT. Foi coordenadora do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Rural de Identidade Rio Machado – NEDET Rio Machado de 2014 a 2018 – período em que este estudo foi desenvolvido. Participou da construção deste artigo mediante coordenação do projeto, coleta e análise de dados e produção textual.

PEDRO RAMMOM DOS SANTOS SILVA

Técnico em Informática pelo IFRO. Aprovado para o curso de enfermagem da Universidade Federal de Rondônia, turma 2020/2. Foi bolsista de iniciação científica júnior (PIBIC-EM) no IFRO e extensionista do Nedet Rio Machado. Atuou na coleta e na análise dos dados e nas traduções presentes neste artigo.

JOSÉ HENRIQUE DOS SANTOS NOGUEIRA

Técnico em Eletrotécnica pelo Sebrae. Acadêmico do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas do IFRO. Foi extensionista do Nedet Rio Machado, e colaborou com este artigo mediante coleta, análise dos dados e revisão textual.